

CARLOS ABRAÃO MOURA VALPASSOS

ABORTOS

*Dramas sociais e
histórias sobre eles*

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (in memoriam)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Carlos Abraão Moura Valpassos

ABORTOS
*Dramas sociais e
histórias sobre eles*

G a r a m o n d

Copyright © Carlos Abraão Moura Valpassos, 2018
Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido
Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115
Tel: (21) 2504-9211
editora@garamond.com.br

Revisão
Alberto Almeida

Editoração Eletrônica
Editora Garamond / Luiz Oliveira

Capa
Estúdio Garamond

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V283a Valpassos, Carlos Abraão Moura
Abortos : dramas sociais e histórias sobre eles / Carlos Abraão
Moura Valpassos. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2018.
324 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 9788576174677

1. Aborto - Aspectos sociais. 2. Antropologia. 3. Etnologia.
4. Sociologia. I. Título.

18-51710

CDD: 363.46
CDU: 173.4

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por
qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

“A tragédia é o conflito,
não entre o direito e o errado, mas
entre o direito e o direito.”¹

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

1 “*Tragik ist der Konflikt. Nicht zwischen Recht und Unrecht, Sondern zwischen Recht und Recht*”.

Sumário

Introdução	11
1. O artesanato etnográfico: um caminho percorrido	
1. Preâmbulo.....	25
1.1 O fio de Ariadne	30
1.2 – O posicionamento do etnógrafo	35
2. O despertar da crise: a visita do Papa Bento XVI ao Brasil	42
3. As entrevistas	48
3.1 – Sob o véu do segredo.....	52
3.2 – Estimativas sobre a magnitude do Aborto.....	54
3.3 – A obtenção de narrativas	59
3.4 – O empreendimento, a narrativa etnográfica e a ocultação das identidades	63
4. Fontes e ferramentas na internet.....	66
5. O caminho.....	71
2. Abortos e dramas sociais sobre eles	
Parte I	
1. Preâmbulo.....	75
2. Um problema classificatório	80
3. Argumentos e justificativas para o Aborto.....	85
4. Argumentos e justificativas contra o Aborto.....	98
5. Ambiguidades	101
Parte II	
1. A Leste do Éden: direito, saúde e religião no Nordeste brasileiro	107
2. As audiências públicas sobre anencefalia: um debate no extremo	148
2.1 – A propriedade acadêmica do problema	148
2.2 – Progressistas ou conservadores, é esta a questão?.....	152
2.3 – A ruptura da crise.....	155
2.4 – O caso paradigmático: uma história Severina.....	157
2.5 – A promoção de um problema público: a anencefalia	164
2.6 – A arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 54	167
2.7 – As audiências públicas: duas ideologias em contraste	170

2.8 – Marcela de Jesus: um outro caso paradigmático	177
2.9 – As audiências públicas da Câmara dos Deputados	183
3. O conceito de Schrodinger	188
3. Rituais de rebelião contra a estrutura no sudeste brasileiro: manifestação pela legalização do aborto na Praça do Patriarca - SP	
1. O cenário	195
2. Ato, agentes, agência e propósito	204
3. Ato final.....	224
Considerações finais.....	260
APÊNDICES	
1. A entrevista.....	275
2. Uma breve história do aborto	288
3. O aborto no cristianismo	294
4. Dramas sociais: uma abordagem sobre conflitos	306
Referências bibliográficas	310

Agradecimentos

Este livro deriva diretamente de minha pesquisa de doutoramento realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Encontrei no PPGSA a acolhida para empreender este trabalho e registro aqui minha dívida para com meus colegas, professores e também para com o a equipe administrativa.

A pesquisa foi realizada com financiamento de bolsas oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e depois pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Gostaria de frisar que o acesso às bolsas, ofertadas por essas agências e também pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi fundamental para a realização deste trabalho e também para minha formação profissional como um todo. Acredito que os programas institucionais de bolsas constituem uma política de grande valor para o desenvolvimento e a democratização da Ciência e da Tecnologia no Brasil.

A professora Mirian Goldenberg assumiu a tarefa de orientar meu trabalho de tese. Ela me deu autonomia para conduzir a pesquisa e sempre esteve pronta para discutir as questões que levei até ela. Seu exemplo de amor à pesquisa e de conduta profissional foram motivadores ao longo de todo o processo.

Os professores Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello foram interlocutores de grande importância, auxiliando-me nas questões relativas à análise dos dramas sociais, dos aspectos simbólicos da ação e das implicações do desenvolvimento de problemas públicos. A erudição de ambos esteve sempre à disposição de minhas demandas e questões. Por sua generosidade e paciência, aqui registro meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço aos estudantes do Atelier de Etnografias e Narrativas Antropolíticas – ATENA –, da Universidade Federal Fluminense, por terem me auxiliado com uma leitura crítica do material aqui apresentado. Sua atenção e dedicação atuam como estímulos para a continuidade das atividades de pesquisa – aspecto essencial para a vida acadêmica.

O Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) propiciou um ambiente de grande estímulo intelectual e apoio à pesquisa e sua publicação. O mesmo pode-se dizer do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro-UFRJ), onde tive acesso a uma admirável biblioteca, na qual pude encontrar um ambiente tranquilo e confortável de trabalho.

Os colegas da Editora Garamond, em especial o editor Ari Roitman, trabalharam com atenção e carinho na preparação desta publicação, que sempre contou com seus imprescindíveis incentivos.

Por fim, agradeço às mulheres que me ofertaram suas histórias e pensaram comigo sobre eventos e situações cruciais de suas vidas. Este livro não seria possível sem que elas tivessem a coragem de compartilhar suas experiências e suas perspectivas, esclarecendo e ensinando a alguém que, em diferentes oportunidades, não passava de um desconhecido.

Os méritos do trabalho são o resultado da generosidade e da atenção de inúmeras pessoas. Os equívocos, todavia, devem ser atribuídos apenas ao autor que assinou o livro.

Introdução

Algumas questões possuem uma capacidade peculiar de revelar os conflitos presentes em dada sociedade. Não se trata apenas de disputas que ocorrem em “uma sociedade em transformação”, pois não são necessariamente características de momentos de mudança – embora neles se tornem muito mais evidentes – mas, sobretudo, de dilemas que marcam as contradições inerentes a qualquer conjunto social.

No momento das disputas somos obrigados a nos defrontar com as opiniões em contraste, as ambivalências, as discrepâncias de poder, os anseios, os valores e as morais que se expõem ao longo do processo. Percebemos, assim, a existência de grupos que se unem ou separam, visando a alcançar melhores resultados nos processos de hierarquização que resultam dos conflitos.

Como já havia ensinado Georg Simmel (1983), relegar o conflito ao âmbito do extraordinário representa um equívoco, pois ele é característica marcante da vida social. Vivenciamos divergências todos os dias, tanto as nossas próprias quanto as daqueles que nos são próximos, para não mencionar os grandes conflitos que acompanhamos (interessados) por meio dos canais de comunicação.

É claro que nem todos os conflitos possuem o mesmo “peso”. Alguns são mais importantes que outros, no sentido de que suas consequências são mais amplas e mais duradouras. Uma discussão sobre a conta no botequim, neste sentido, não tem o mesmo grau de abrangência que um debate sobre o reajuste de juros a ser realizado pelo Banco Central. Isto, todavia, não significa que os argumentos apresentados no âmbito do bar, ao longo da negociação, não possam vir a ser esclarecedores sobre o tipo de moralidade ali presente, sobre as redes sociais que se criaram e sobre os tipos de sociabilidade apresentados naquele espaço. São reveladoras, sim, e de grande riqueza sociológica. Não possuem, porém, os mesmos impactos do reajuste dos juros de um país. Os dois contextos, se pensados juntos, podem nos trazer algumas lições, não apenas sobre sociologia, mas também sobre política e economia – e não devemos perder isto de vista.

Micro e macro, não distanciados, mas sim aproximados, podem ajudar a entender dinâmicas sociais de transformação ou manutenção de uma determinada ordem. Os conflitos, por sua vez, estão presentes tanto nos movimentos que visam a mudanças quanto naqueles que almejam a permanência de um determinado *status quo* – não seriam esses mesmos os principais movimentos nos certames sociais?

Vivemos o despertar do século XXI, um momento marcado pelas transformações sociais no qual “globalização” e “redes transnacionais” são palavras de ordem nos mercados financeiros e nos modos de fazer política e negócios ao redor do mundo. Um período em que se dá o advento de formas de sociabilidade proporcionadas, em grande parte, por novas tecnologias de comunicação.

O cenário seria uma espécie de retrato do novo e este, por sua vez, estaria envolto nos braços daquilo que comumente chamamos de modernidade. Não no sentido conceitual da sociologia, mas no sentido amplo utilizado no dia a dia. A modernidade seria então sentida e vivida num processo que envolve questões como a globalização, os blocos econômicos, as migrações pendulares ou transnacionais e, por que não dizer, um crescente processo de valorização (quicá sacralização) da noção de indivíduo.

Todas essas transformações atingiram, decerto, as formas de organização política e de reivindicações perante os Estados. A facilidade na circulação e troca de informações articulou de modo inédito as demandas dos movimentos sociais que, ao invés de atuarem apenas no contexto de suas fronteiras, transcenderam as barreiras geográficas, linguísticas e políticas, transformando o que antes eram reivindicações locais em questões universais (Cf. McADAM & TILLY & TARROW: 2009; TARROW: 2009)

Podemos pensar, por exemplo, nas minorias étnicas que, em todo o globo, reivindicam direitos diferenciados. Ao mesmo tempo, o movimento *gay* finca bandeiras de defesa de suas reivindicações nos mais diferentes cantos do planeta enquanto os grupos feministas consolidam suas lutas políticas por maior igualdade entre os gêneros. Se a virada do século XIX para o XX era marcada pelas reivindicações operárias e pelos ideais socialistas, o despertar do século XXI traz uma outra tonalidade social, pautada não apenas nos problemas de classe, mas também em algo mais próximo da noção de reconhecimento e identidade.

É nesse turbilhão de tensões que se insere o tema abordado neste trabalho: o processo de debate sobre o Aborto no Brasil. Mais que uma questão sobre

gênero ou reprodução, o Aborto se apresenta como um problema político e ideológico, algo que transcende diversas fronteiras, perpassando campos sociais e revelando interesses, representações e perspectivas onde quer que seja objeto de reflexão.

Entender o debate em torno do Aborto no Brasil é uma tarefa que implica, no mínimo, a consideração da cosmologia católica na formação de discursos que compõem a base dos argumentos “pró-vida” apresentados nos debates sobre o tema. Do mesmo modo, seria impossível discutir essa questão sem considerar os discursos feministas e seus argumentos em defesa da legalização do Aborto.

E por “feminista”, tal como fez Whittaker já no prefácio de seu trabalho, utilizarei a definição de Petchesky (1998: 27), por acreditar que ela consegue englobar as diferentes vertentes que se apresentam sob a mesma rubrica. Assim, o discurso feminista pode ser entendido como:

Uma preocupação na teoria e na prática com as condições das mulheres e um compromisso em transformar a opressão de gênero nas relações de dominação que dividem mulheres por classe, raça, etnicidade, região, nacionalidade, religião, orientação sexual e idade. Esta definição implica um questionamento das hierarquias e das relações de poder, incluindo aquelas do próprio processo de pesquisa, e um compromisso geral de busca de justiça social em todo o mundo. Também implica que os movimentos de mulheres, orientados pela “ação política das mulheres” em diferentes questões, não sejam sempre definidos como feminista Neste sentido, e que os significados do feminismo em diferentes contextos nacionais e culturais podem variar¹.

Não apenas o discurso católico e o feminista se confrontam nesse debate. Uma outra vertente que se apresenta é a perspectiva médica científicista que, a partir de argumentos oriundos deste campo de estudos, apresentam uma perspectiva própria sobre a temática, respaldada por um tipo de conhecimento “legitimado”, interferindo assim na perspectiva pela qual o problema pode ser analisado técnica e cientificamente. Essa perspectiva médica cria uma retórica a respeito da questão, utilizada na maioria dos casos na defesa da legalização do Aborto. É um recurso discursivo ancorado na técnica e na razão, muitas vezes também apropriado por aqueles que se opõem à permissividade legislativa quanto ao Aborto (LUNA: 2007)

1 PETCHESKY: 1998; 27.

Todos esses discursos se mesclam quando o Aborto emerge como questão de debate. Nesse momento, o acontecimento privado, tratado como uma questão individual, se transforma em problema público, em uma questão que envolve consequências que transcendem os casos particulares e se apresentam como um tema a ser pensado e discutido, algo sobre o qual é necessário agir para reduzir danos, evitando assim desfechos indesejados.

É dessa forma que um evento isolado e de foro íntimo, o aborto, transforma-se no Aborto, uma questão de interesse coletivo que engloba todos os casos particulares onde essa ação foi tomada e também as perspectivas retóricas que se articulam em torno da questão. Quando deixa de ser um caso isolado e assume os contornos de algo que transcende o particular, ou seja, quando aquilo que atinge uma pessoa ou um pequeno grupo é percebido como um problema cujas características se assemelham a inúmeros outros casos, então o aborto deixa de ser uma peculiaridade e se transforma em problema público, ou seja, em Aborto.

A diferença reside no espectro de reflexão do gesto. Enquanto por aborto me refiro ao particular, por Aborto quero apontar para a dimensão do coletivo. Iniciado por vogal minúscula, o substantivo não passa de um gesto, de uma ação pragmática. Quando mencionado com A maiúsculo, adquire profundidade simbólica, denotando algo para além da racionalidade prática, ou seja, invadindo o âmbito das motivações simbólicas, das representações coletivas, do acionamento de retóricas e das cosmologias. Quando falamos de Aborto, portanto, estamos nos referindo ao que pode ser elaborado no tear simbólico proporcionado pelo aborto, enquanto mera ação. A ação existe, mas não é um problema público até que se torne objeto de reflexão e disputa, até que discursos sobre ela sejam acionados e posicionamentos morais de condenação ou apoio sejam indicados.

O aborto, em si, pode significar a ação de ruptura que instaura um drama social, mas, no momento em que o drama social se impõe, o aborto já se transforma em Aborto. Pois, uma vez que se torna objeto de reflexão, deixa de ser apenas um ato; torna-se um divisor de águas, algo sobre o qual se tem perspectivas, um assunto que revela cosmologias e códigos morais conflitantes.

Um aborto pode dizer respeito apenas ao indivíduo que o realiza. Este, porém, seria o caso de um aborto espontâneo não identificado como tal pela pessoa que o vivenciou. Se ele não ganha notoriedade e restringe-se apenas ao conhecimento de uma pessoa, caso seja objeto de reflexão, transforma-se em Aborto – nos termos aqui empregados.

Percebe-se, portanto, que dificilmente podemos falar apenas em “aborto”, uma vez que o assunto tende a suscitar uma série de reflexões, acionando um leque de classificações e representações. A ideia de “Aborto” ressalta o caráter polissêmico do termo, tirando o foco da ação em si e destacando os possíveis significados do gesto, ou seja, as divergências de representação, classificação e moralidade. Quando essas divergências são reveladas, o aborto se transformou em Aborto, o problema se tornou público, a ruptura foi revelada e, enfim, o drama social foi iniciado.

Tomando tais ideias como guias, o texto segue um plano cronológico, buscando destacar alguns dos principais eventos ocorridos no período compreendido entre os anos de 2007 e 2010. A perspectiva de uma linha do tempo ajuda a destacar como um mesmo debate, travado sobre acontecimentos distintos, termina por revelar as mesmas clivagens e suscitar as mesmas questões.

Seja no aborto feito por uma menina de nove anos ou nas sessões que discutiam a legalização da interrupção gestacional de anencéfalos, alguns pontos mostram-se reincidentes: as questões de classificação e as polaridades entre religião e laicidade ou holismo e individualismo. Todos os casos apresentados ao longo do trabalho remetem aos mesmos dilemas, evocam os mesmos discursos, as mesmas dúvidas e tensões. Por isso, os casos, mesmo que não se mencionem, se complementam e, por vezes, se referem uns aos outros, compondo um delicado tecido narrativo, composto pelos mesmos fios mas revelando, aqui e ali, os bordados que destacam os principais pontos da peça.

Não se trata de um trabalho com pretensões de definição ou encerramento da questão. Antes disso, é um trabalho sobre o debate, uma interpretação, dentre as muitas disponíveis, sobre um tema que tem recebido cada vez mais atenção de pesquisadores de distintas áreas do conhecimento científico. E o termo “interpretação” aqui não é escolhido de modo aleatório, mas repousa na ideia inspirada por Geertz (1978) de que o processo de conhecimento daquilo que chamamos de “vida social” é algo muito mais aproximativo do que definitivo. O tema deste trabalho são os dissensos a respeito do Aborto. Por isso, ao embarcar numa nau destinada a flutuar sobre as mais diversas ondas da divergência, este texto foi impulsionado pela consciência de que, se muito, representa apenas uma nova corrente dentre as muitas que influenciam as águas de um oceano revolto.

Com maior ou menor detalhamento, são tratados alguns dos principais eventos que marcaram as discussões sobre o Aborto nos anos recentes. Tal perspectiva comporta a referência a acontecimentos anteriores ao período es-

tudado e, do mesmo modo, as suposições do que poderia vir a ocorrer num futuro ainda não vivenciado. Mescla, portanto, eventos pretéritos e perspectivas de futuro, tecendo as redes de representações sociais sobre o tema e revelando questões para além dele. Tudo isso se apresenta como material de reflexão que se estende ao longo do texto.

Se é verdade que dois pontos de vista foram priorizados – feminista e católico, em termos gerais –, também o é que diferentes grupos também foram contemplados: políticos, médicos, juristas, pessoas agnósticas ou ateias, espíritas etc. Se a narrativa revela uma divisão binária das representações sobre o Aborto, isto se dá porque os grupos que surgiram nas histórias apresentadas, por diferentes que sejam, terminaram inclinando-se para uma ou outra das perspectivas.

Falo em perspectivas feministas ou católicas, mas poderia muito bem me referir a outras formas de oposição, quiçá mais ricas, tais como: moderno e tradicional ou imanente e transcendente. Independentemente do par de opostos complementares escolhido, o que se apresenta são cosmologias concorrentes. No momento atual, porém, embora as divergências sejam explícitas, há um ponto de acordo: o discurso científico, técnico e racional, é aquele que deve sustentar os argumentos dos diferentes posicionamentos ao longo das definições de políticas públicas sobre o Aborto.

O livro se dispõe em três atos, e neles são entrelaçados eventos, argumentos, cosmologias e ideias que se recombina ao longo do texto. Começamos nosso empreendimento discutindo as questões metodológicas do trabalho, no capítulo “O Artesanato Etnográfico: um Caminho Percorrido”. O título é, neste caso, reflexo daquilo que, ao menos, se quis expressar: a ideia da pesquisa como algo feito artesanalmente, ao longo dos dias, perpassando os empreendimentos do campo propriamente dito, mas também aceitando de bom grado as insinuações propostas pelas experiências ordinárias do etnógrafo. A inspiração vem, claramente, do clássico texto de Wright Mills (1975) sobre o *Artesanato Intelectual*:

Não temos, realmente, de *estudar* um tópico no qual estejamos trabalhando; pois como já disse, quando estamos no assunto, ele é encontrado por toda parte. Tornamo-nos sensíveis aos seus temas, vemos e ouvimos referências a eles em toda a nossa experiência, especialmente, acredito, em áreas aparentemente não correlatas. Até mesmo os meios de comunicação em massa, em particular os maus filmes e os romances baratos, as revistas de fotonovelas e os programas noturnos de rádio, adquirem nova importância para nós. (p. 227)

É o capítulo de abertura. Tem por finalidade introduzir o leitor ao tema que será discutido e, ao mesmo tempo, constitui um esforço de situar a posição do autor no texto. As primeiras cenas, então, abordam os meandros trilhados pelo pesquisador numa busca não meramente por respostas, mas também por aquilo que o ajudaria a continuar o caminho: as perguntas.

Mesclam-se, assim, dúvidas, incertezas, sentimentos de aflição e, também, curiosidades, acasos e inspirações. Ao longo do “Caminho Percorrido” pretende-se apresentar os primeiros passos dados na pesquisa e os eventos que inicialmente despertaram a atenção do etnógrafo. É a retomada do “Caminho” que salienta alguns problemas, possibilitando discutir, por exemplo, a obtenção e análise das entrevistas com pessoas que fizeram abortos e, deste modo, situar o leitor sobre as tensões do campo e as dificuldades que marcaram o empreendimento.

Em meio a essas questões surge a figura do etnógrafo, com suas subjetividades e indagações - que certamente influenciam todo o trabalho, mas que apenas se explicitam nessas páginas sobre o trabalho de campo e suas questões correlatas.

Se justifiquei o uso da expressão “artesanato”, seria também válido ressaltar a escolha da palavra “caminho”. Pois assim se destaca que a etnografia, que nada mais é que um ofício artesanal, se realiza através de opções. O texto é resultado de um processo de escolhas feitas pelo etnógrafo. A ele coube ter o espírito aberto para aceitar aquilo que se insinuava e assim empreender suas abordagens, mas, do mesmo modo, há que se ter em mente que sua personalidade deve ter criado pontos cegos para os quais até hoje não foi capaz de atentar. Seja como for, ao apresentar a ideia de um “caminho”, situa-se a perspectiva das escolhas, do acaso, das persistências e das desistências. Destaca-se, então, que o percurso trilhado traz, como todos os outros, o caráter da busca - por novos lugares, por experiências, por perguntas e, conseqüentemente, por respostas.

Ao falar de “artesanato” e “caminho” nos afastamos da perspectiva de um trabalho que se apresenta “pronto”. Não, isso ele não é e talvez nunca tenha pretendido ser. É fruto e reflexo de um processo que não encontrou seu fim, mas que foi conduzido por oportunidades. Por mais que vários personagens - professores, amigos, profissionais de outras áreas e livros que se apresentaram quase como pessoas - tenham contribuído na formulação de ideias, foi apenas o etnógrafo que as perseguiu, que viveu as experiências do campo e as absorveu com seus próprios filtros. O “caminho” foi apenas um entre vários outros

possíveis, porém não experimentados. Sua elaboração foi realizada através de uma junção de fatores, de decisões e sentimentos e a intenção desse capítulo é revelar, senão todas, algumas das peculiaridades do percurso trilhado.

E não é só isso. A narrativa que inicia o livro busca saciar uma curiosidade que muitas vezes se impôs sobre mim. Por vezes compartilhei trechos inacabados com colegas da área, para que pudessem apresentar suas críticas. E não foi em uma ou duas ocasiões que fui solicitado a escrever sobre o que a pesquisa havia despertado em mim – sobre minhas reações diante do campo. Hesitei, e a forma como consegui responder a esses pedidos é prova disso, pois intercala as reações emocionais que tive com as respostas teóricas que encontrei para continuar trilhando as searas da pesquisa.

Ao revisitar o “caminho”, apresento as opções e os problemas, mas discuto também as ferramentas que me foram úteis, enfim, as metodologias empregadas na elaboração da peça etnográfica. Esse percurso não se fecha, mas abre espaço para o que vem adiante. Assim, depois de falar sobre como as coisas vieram até o pesquisador, passo a discutir os eventos propriamente ditos.

Entramos, então, no segundo capítulo, que decidi intitular “Abortos e Dramas Sociais Sobre Eles”. Aqui é feita alusão a um artigo que inspirou este trabalho: o texto seminal elaborado por Victor Turner: *Social dramas and histories about them*, publicado em 1980. Não era a primeira vez que o escocês discutia seu conceito de *dramas sociais*, mas foi o primeiro contato deste antropólogo com a ideia e, talvez, a sua apresentação mais intensa. Ali Turner discutia a noção de dramas, suas implicações e possibilidades de auxílio na compreensão da vida social. A ênfase era dada aos conflitos, às diferentes formas de divergência e às revelações feitas no desenrolar das tensões.

É esse texto que inspira as narrativas aqui apresentadas. Daí o título ser não apenas uma forma de expor aquilo que será discutido, mas também de revelar, de antemão, a perspectiva pela qual será abordado. Pois ao falar em “drama” estamos nos situando no campo da ação, onde as ideias existem, mas estão em movimento, compondo as dinâmicas da vida.

Os conflitos são a força motriz das narrativas que se apresentam. São eles que dão cores aos acontecimentos e revelam as idiossincrasias sociais, as fissuras e ambiguidades que se apresentam de forma latente no cotidiano, mas que são destacadas e intensificadas nos momentos extraordinários, ou seja, no desenrolar dos dramas sociais.

São apresentadas aqui histórias que se descortinam com a pergunta sobre “Qual o estatuto do conceito?”. Caímos nos braços dos problemas classifica-

tórios e neles somos embalados até o final do capítulo. Primeiro, discutimos as diferentes definições apresentadas sobre o conceito e assim somos levados a perspectivas em conflito.

Depois de discutir algumas das representações sobre o conceito, entramos numa outra temática, também ela ancorada nos problemas classificatórios: o caso “da menina de Alagoinha”. É a história de um rapaz (23 anos) que manteve relações sexuais com sua enteada (de nove anos), o que ocasionou uma gestação gemelar. Quando tudo veio a público, o drama social atingiu seu ápice, envolvendo diferentes atores em seu campo de força. A crise despertada nesse drama é, por certo, a de maior proporção abordada neste trabalho. Transcende as fronteiras locais e nacionais, articulando discursos numa dimensão global. Expõe a decisão sobre a realização de um aborto em um caso extremo, em que a gestante é demasiado jovem, mas carrega em seu ventre gêmeos que, por sua vez, foram concebidos por meio de relações classificadas socialmente como ilegítimas.

O amplo espectro de alcance da crise suscitada nesse drama nos dá a dimensão do problema que, longe de ser uma questão tensa apenas no interior de Pernambuco, ocupa a imaginação e os anseios de diversas pessoas não só no país, mas também em diferentes partes do mundo.

Seguindo uma linha cronológica, saímos de Alagoinha – PE e vamos para a capital nacional, onde os deputados discutem a ampliação dos permissivos legais de aborto também para os casos de fetos anencéfalos. Este é o tema de duas audiências públicas na Câmara dos Deputados que, por sua vez, fazem referência direta à mesma discussão que fora travada em 2008 num outro foro: o Supremo Tribunal Federal. Vemos, então, que os debates se estendem ao longo do tempo e que fazem constantes referências a eventos passados e são pensados como acontecimentos que terão efeito nas questões futuras. São, portanto, dramas sociais que não se encerram – se é que existe algum plenamente concluído. Mais do que isso: eles não se fecham em si e por isso relacionam-se com vários outros ligados à mesma temática, constituindo uma espiral infinita.

Essas audiências públicas revelam ainda uma outra questão: se a anencefalia é considerada uma malformação incompatível com a vida, por que haveria tanta divergência quanto à interrupção gestacional de anencéfalos, uma vez que isso apenas anteciparia o inevitável?

Não há uma resposta precisa para esta pergunta, mas ela nos remete, mais uma vez, ao problema das classificações. O conceito surge novamente como

o centro das atenções junto com as perspectivas sobre seu estatuto moral. Os debates realizados tanto na Câmara dos Deputados quanto no Supremo Tribunal Federal mostram que a questão é complexa e reveladora dos principais axiomas das moralidades dos grupos em disputa.

Deste modo, tendo como fonte etnográfica as diferentes retóricas expostas ao longo das Audiências Públicas sobre a legalização do Aborto de anencéfalos, abordamos as moralidades que se confrontam na definição classificatória daquilo que se constitui como um problema público, destacando as argumentações e cosmologias que fundamentam os posicionamentos antagônicos sobre a questão.

No terceiro e último ato, saímos de Brasília e rumamos para a cidade de São Paulo para, em 28 de setembro de 2010, acompanhar as manifestações que marcam o Dia Latino Americano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto. Assim, “Rituais de Rebelião contra a Estrutura no Sudeste Brasileiro – Manifestação pela Legalização do Aborto na Praça do Patriarca – SP” aborda o encontro de diferentes grupos feministas no coração da maior capital brasileira num ato de protesto contra a criminalização do Aborto no Brasil. O título escolhido para o capítulo, mais uma vez, não é inocente. Remete ao clássico texto de Max Gluckman (1974): *Rituais de Rebelião no Sudeste da África*. Há, todavia, uma diferença que busquei, já no enunciado do texto, revelar: o trabalho de Gluckman versa sobre eventos que não têm por objetivo a transformação estrutural, ao passo que os eventos observados na Praça do Patriarca, embora revelem diversos aspectos simbólicos e característicos do que poderíamos encontrar em rituais de rebelião, têm por objetivo explícito a transformação de diferentes componentes da estrutura social – questões jurídicas, políticas, econômicas, relações de gênero, trabalho etc.

Percorremos diferentes narrativas ao longo do trabalho e revisitamos todas as questões suscitadas por elas, e várias outras, quando nos encontramos ao lado das manifestantes na Praça do Patriarca. As manifestações reanimam e rearticulam histórias, interpretam presente e passado, tecem conjecturas sobre o futuro e, deste modo, elaboram críticas severas a uma dada estrutura social, propondo, então, sua substituição por outra que ainda não é nitidamente definida mas que se imagina como iniciada a partir da legalização do Aborto.

As reivindicações realizadas naquele 28 de setembro são reveladoras. Elas acontecem num lugar cujo próprio nome já desperta atenção: a Praça do Patriarca. Ao longo dos eventos daquela tarde, o patriarca foi efeminado e tratado, ao longo do tempo, como matriarca. Travestia-se o símbolo e, deste

modo, se invertia seu significado. Revelava-se, pois, a oposição à dominação masculina e, seguindo o ritmo, um outro adversário se apresentava no campo da manifestação: a Igreja católica.

Se alguma dúvida se mantém ao longo do trabalho sobre a centralidade da Igreja no debate sobre o Aborto, ela se dissipa na Praça do Patriarca. Pois, depois de aparecer implícita ou explicitamente no discurso das entrevistadas, nos eventos relacionados ao caso da menina de Alagoinha e nas audiências públicas em Brasília, mais uma vez ela surge no centro das atenções. Por meio de cartazes, de palavras de ordem e do direcionamento dos megafones, é contra ela, a Igreja católica, que se insurgem as manifestantes. Não há cartazes fazendo menção a Alan Kardec ou ao Bispo Macedo, mas sim ao Papa. O oponente principal, assim, não é uma religiosidade qualquer, mas o Catolicismo.

Vemos, então, que a polaridade entre as cosmovisões feminista e católica, que perpassa o texto, encontra-se mais uma vez manifesta, em plena ação, no adro da Praça. Ali torna-se clara a oposição e, sobretudo, a rivalidade. Os grupos feministas pretendem uma transformação social e enxergam na Igreja católica seu principal adversário. O confronto revela não apenas uma oposição de perspectivas sobre um código penal, mas algo além, o que justifica a ideia de cosmovisões antagonônicas, uma vez que expressa representações em conflito sobre diversos aspectos da vida, desde a concepção do que é o indivíduo.

Estamos no plano daquilo que Louis Dumont (1997) chamou de ideologias. Se o “princípio igualitário e o princípio hierárquico são realidades primeiras, e das mais cerceadoras, da vida política ou da vida social em geral” (p. 51), temos que o antagonismo entre as ideologias feministas e católicas são um retrato disso, uma vez que expressam tal oposição de princípios.

O capítulo final recupera assim a dimensão narrativa que compõe os dramas sociais sobre o Aborto no Brasil. Tece uma colcha com diversos retalhos sobre a temática, estabelecendo conexões entre eventos distantes temporal e geograficamente, mas que encontram alicerce sobre o mesmo assunto: o Aborto e as questões por ele suscitadas.

Do início ao fim, o texto perpassa as mesmas questões, levantadas e abordadas em diferentes contextos. Num campo minado pelas tensões políticas e pelos antagonismos morais, este trabalho visa menos uma saída salvadora para os dilemas estudados do que uma apresentação de seus meandros. Não tem por objetivo encerrar o debate, mas apenas discuti-lo, problematizá-lo e, assim, torná-lo interessante sociologicamente.

O estilo da escrita seguiu uma forma fluida. Aproxima-se mais de um ensaio do que de um “texto científico”. Não é uma descrição, mas uma narrativa sobre narrativas e, neste sentido, tal como observou Lukács (1965), destaca aquilo que se considerou mais importante, ao invés de meramente apresentar todas as coisas num mesmo nível. A intenção foi colocar em relevo os aspectos que mais impressionaram o autor e as pessoas que o brindaram com suas histórias, evitando a apresentação de histórias envolvendo mocinhos e bandidos, e colocando as polaridades apresentadas em termos mais complexos na discussão de um tema já por demais pesado.

Se o leitor que dedicar seu tempo a este texto for impulsionado a ter novas ideias sobre a temática do Aborto, certamente terá sido alcançado o principal objetivo deste trabalho: trazer questões, suscitar dúvidas e promover uma reflexão sobre o assunto.

1

O ARTESANATO ETNOGRÁFICO:
UM CAMINHO PERCORRIDO

“O método constitui o caminho depois de percorrido”.

Marcel Granet